

EDcl nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.332.676 - SP (2018/0184373-6)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
EMBARGANTE : VIAPAV CONSTRUÇOES LTDA
ADVOGADOS : JOZAFÁ DANTAS DO NASCIMENTO - DF010546
MANOEL BATISTA DE LIMA - SP055999
EMBARGADO : LAGO CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA
ADVOGADO : LUCAS SBICCA FELCA - SP243523

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos VIAPAV CONSTRUÇÕES LTDA. em face de decisão de minha relatoria que indeferiu liminarmente os Embargos de divergência em Agravo em Recurso Especial nº1.332.676-SP (fls. 598-603).

Em suas razões (fls. 605-616), sustenta a embargante que a r. decisão embargada apresenta alguns pontos que precisam de clareamento, como quanto à aplicação do o art. 266-C do Regimento Interno dessa **Excelsa Corte**, que trata sobre o indeferimento liminar dos embargos de divergência pelo relator, na medida em que determinou-se o prosseguimento do feito junto à **Segunda Seção**. Sendo assim, o embargante alega que seria mais adequado que a r. decisão tivesse sido parcialmente deferida e não indeferida liminarmente.

Aduz ainda que "[...] é mister o esclarecimento, data máxima vênica, já que não há paradigma para embasando a decisão, representando uma questão nova no ordenamento jurídico. As demais decisões analisadas apenas indeferem liminarmente os embargos de divergência, apenas fazendo observação quanto honorários advocatícios e penalidades para o caso de recurso protelatório." (fl. 612).

Além disso, alega também que a deserção objeto dos embargos de divergência anteriormente interpostos deve ser revista por esta **Corte Superior** para aplicação da legislação processual.

Requer o embargante, portanto, o acolhimento dos presentes embargos de declaração, com efeitos modificativos, para superar os vícios de

omissão apontados e para conhecer e prover os embargos de divergência interpostos anteriormente, sobretudo quanto à validade do pagamento do preparo para afastar os efeitos da deserção.

É o relatório.

Decido.

Importa registrar que os embargos de declaração tem fundamentação vinculada, ou seja, a parte não pode sustentar qualquer matéria referente ao seu inconformismo com a decisão prolatada. Nesse contexto, somente são cabíveis embargos de declaração quando existente ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, conforme o artigo 1022 do Código de Processo Civil.

Compulsando os autos, verifica-se que o embargante afirma existência de omissões e obscuridades na r. decisão embargada, sobretudo quanto à validade do pagamento do preparo para afastar os efeitos da deserção.

Sustenta que seus embargos de divergência anteriormente interpostos e indeferidos mereciam prosperar. Porém nenhum reparo merece a decisão anterior, porquanto o embargante não promoveu o devido cotejo analítico nos embargos de divergência, além disso houve aplicação da Sumula 315 desta Corte, que afirma que: "*Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial.*", visto que órgão fracionário não adentrou no mérito do recurso especial anteriormente interposto, com a aplicação da súmula 07/STJ, porque o exame das cláusulas contratuais discutidas demandaria revolvimento fático probatório acerca da deserção (fls. 598-603).

Além disso, a fundamentação de ausência de cotejo analítico e aplicação da sumula 315 nos embargos de divergência, quando verificados no caso concreto, denotam o posicionamento deste **Tribunal Superior**, o que vai de encontro com a alegação do embargante de que há uma questão nova na ordem jurídica.

Outrossim, convém consignar que o Relator de um processo de

competência da **Corte Especial** não pode usurpar a competência de uma Seção Especializada, visto que o Regimento Interno desta Corte claramente define regras de competências de cada órgão:

"Art. 11. Compete à Corte Especial processar e julgar:

XIII - os embargos de divergência, se a divergência for entre Turmas de Seções diversas, entre Seções, entre Turma e Seção que não integre ou entre Turma e Seção com a própria Corte Especial;"

"Art. 12. Compete às Seções processar e julgar:

Parágrafo único. Compete, ainda, às Seções:

I - julgar embargos de divergência, quando as Turmas divergirem entre si ou de decisão da Seção que integram."

Desta forma, a r. decisão atacada não merece qualquer reparo, pois o indeferimento liminar, com fulcro no art. 266-C do RISTJ, disse respeito exclusivamente aos paradigmas citados que justificaram o deslocamento do feito à Corte Especial, nada sendo apreciado quanto aos demais precedentes, por serem da competência da respectiva Seção.

Outrossim, os argumentos usados pelo embargante não demonstram uma busca por esclarecimento de obscuridades ou omissões, e sim o propósito de revisão do julgado proferido em sede de embargos de divergência anteriormente interpostos pelo embargante, que fora indeferido. Afinal o reexame do mérito quando à validade do preparo não é possível mediante embargos de declaração, conforme o entendimento desta **Corte**:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA. PEDIDO DE NOVA SUSTENTAÇÃO ORAL. ART. 159 DO RISTJ. NÃO CABIMENTO. PETIÇÃO AVULSA CONTENDO PEDIDO DE ANULAÇÃO DE TODOS OS ATOS DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE E OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EFEITO INFRINGENTE. REEXAME DA MATÉRIA. INVIABILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

I - Não é cabível pedido de nova sustentação oral em sede de embargos declaratórios, a teor do disposto no art. 159 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

II - Os pedidos formulados na petição intitulada de "arguição de nulidade absoluta de atos postulatorios do advogado da Itaipu e dos atos decisórios todos ab initio" não

merecem ser conhecidos, uma vez que não encontram qualquer amparo legal. Eventual arguição de suspeição do Relator, por exemplo, demanda instauração de incidente específico próprio, mostrando-se, no ponto, equivocada a forma jurídica ora empregada.

III - Os embargos declaratórios são destinados a sanar omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada, quesejam relevantes para o desfecho da causa. Daí o seu caráter integrador. Em regra, não possuem a natureza de recurso de revisão, sendo, por isso mesmo, insuscetíveis de efeitos infringentes.

IV - In casu, verifico que a ora embargante, à conta de contradição, obscuridade e omissão no r. decisum, pretende, na verdade, o reexame de matéria já apreciada quando do julgamento do pedido de homologação da sentença e dos embargos precedentes, finalidade para qual não se presta o presente apelo, ressalvadas as hipóteses excepcionais, que não foram evidenciadas na espécie. Pedido de sustentação oral indeferido. Petição de "arguição de nulidade absoluta de atos postulatorios do advogado da Itaipu e dos atos decisórios todos ab initio" não conhecida. Embargos de declaração rejeitados" (EDcl nos EDcl na SEC n. 9021/EX, Corte Especial, de minha relatoria, DJe de 20/10/2015, grifei).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. REQUISITOS. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ANÁLISE DE OFÍCIO. REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE

I - Os embargos de declaração não são recurso de revisão e devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade. Inexistindo qualquer um desses elementos essenciais, deve ser rejeitado o incidente declaratório.

II - As matérias de ordem pública devem ser objeto de cotejo analítico por ocasião da interposição de embargos de divergência, não sendo possível, em sede de embargos de declaração- ao argumento de omissão -, sanar o vício, ainda que de ofício. Embargos de declaração rejeitados" (EDcl no AgRg nos EAREsp n. 329.059/PR, Corte Especial, de minha relatoria, DJe de 17/11/2014, grifei).

"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PETIÇÃO NA SUSPENSÃO DE LIMINAR E SENTENÇA. SIMILITUDE FÁTICA ENTRE AS CAUSAS.

INEXISTÊNCIA. INDEVIDA UTILIZAÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA REEXAME DA MATÉRIA. PEDIDO DE EXTENSÃO INDEFERIDO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - Os embargos declaratórios não constituem recurso de revisão, sendo inadmissíveis se a decisão embargada não padecer dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição e omissão). Na espécie, à conta de obscuridade no v. acórdão, pretendeu a embargante a rediscussão da matéria já apreciada.

II - In casu, como consignado na r. decisão indeferitória do pedido de extensão, as rr. decisões em ações civis públicas atacadas pelo pedido de suspensão tratavam de objetos distintos. Assim, inexistindo identidade entre os objetos das liminares, inviável a extensão dos efeitos da suspensão conforme o disposto no art. 4º, § 8º da Lei n. 8.437/1992. Agravo regimental desprovido" (AgRg nos EDcl na PET na SLS n. 1.357/PR, Corte Especial, de minha relatoria, DJe de 08/04/2014, grifei).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA CARTA ROGATÓRIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INOCORRÊNCIA. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REEXAME DA CAUSA. INVIABILIDADE.

I - A competência deste e. Superior Tribunal de Justiça para concessão de exequatur está estabelecida na Constituição Federal em seu artigo 105, inciso I, alínea i, e regulamentada pela Resolução STJ n.º 9/2005. O princípio da colegialidade está assegurado ao interessado mediante a possibilidade de interposição de agravo regimental (art. 11 - Resolução STJ n.º 9/2005), de maneira que não se verifica a alegada ofensa à Constituição Federal.

II - Os embargos declaratórios não constituem recurso de revisão, sendo inadmissíveis se a decisão embargada não padecer dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição e omissão). In casu, à conta de omissão, contradição e obscuridade, os embargantes trazem questões já devidamente enfrentadas no julgamento do agravo regimental, pretendendo a rediscussão da matéria. Embargos de declaração rejeitados" (EDcl no AgRg na CR n. 4.037/EX, Corte Especial, de minha relatoria, DJe de 06/05/2013, grifei).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO

ADMINISTRATIVO 3/STJ. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. INCONFORMISMO DO EMBARGANTE. EFEITOS INFRINGENTES. INVIABILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

1. A atribuição de efeitos infringentes, em sede de embargos de declaração, somente é admitida em casos excepcionais, os quais exigem, necessariamente, a ocorrência de omissão, contradição, obscuridade, ou erro material, vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

2. A omissão no julgado que permite o acolhimento do recurso integrativo configura quando não houver apreciação de teses indispensáveis para o julgamento da controvérsia.

3. No caso dos autos, não existem os defeitos apontados pelo embargante, mas, apenas, entendimento contrário à sua pretensão recursal, de modo que é manifesta a intenção de rever os pontos analisados no julgado embargado, com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração, em razão dos rígidos contornos processuais desta espécie de recurso.

4. Embargos de declaração rejeitados" (EDcl nos EAREsp 623.637/AP, Corte Especial, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 11/10/2017, grifei).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

P. e I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator